

As visões de Rosário e Melo para o transporte público

Candidatos à prefeitura da Capital têm olhares distintos sobre o assunto

/ MOBILIDADE URBANA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Tema intrínseco no dia a dia do porto-alegrense, o transporte público da Capital gera visões opostas entre os candidatos à prefeitura para o próximo quadriênio. Em entrevista ao Jornal do Comércio, Maria do Rosário (PT) e Sebastião Melo (MDB) abordaram algumas das questões centrais da mobilidade urbana, como a privatização da Carris, o meio-passe estudantil e a retirada dos cobradores, além de compartilharem suas análises sobre a situação atual e propostas para o futuro do transporte na cidade.

Maria do Rosário

Momento atual

Porto Alegre, que já teve um dos melhores sistemas de transporte coletivo do País, perdeu qualidade ao longo dos anos.

Os ônibus estão mais antigos e muitas linhas, unificadas ou cortadas na pandemia, não voltaram aos bairros mais distantes. Além disso, com menos veículos, a superlotação aumentou, o que afeta principalmente mulheres e pessoas com deficiência.

Privatização da Carris

Todos sabem que fui contra. Agora, caso eleita, vou analisar 'com lupa' essa questão. Pretendo encaminhar à Procuradoria Geral do Município (PGM) um pedido para avaliar o contrato e a fiscalização. Quero confirmar se os prejuízos que suspeito realmente existem. Se isso ocorrer, tomarei as medidas necessárias, sempre em benefício da população.

Retirada dos cobradores

Sou contra, mas entendo que voltar ao modelo tradicional, agora, pode ser complicado. Vou pedir estudos sobre um novo tipo de serviço, com um auxiliar que, em determinados horários, ajude idosos, gestantes e crianças, aliviando os motoristas. Se for viável, gostaria de trazer esse auxiliar com outras funções, para melhorar o atendimento, sem ficar limitado apenas à cobrança.

Fim da universalização do meio-passe estudantil

É fundamental garantir o retorno desse benefício, especialmente para os alunos do Ensino Fundamental e Médio. Quero implementar o passe livre para eles, inclusive, e já tenho realizado cálculos para isso. O que não posso aceitar é que alunos deixem de ir à escola por falta de transporte e tenham o direito de ir e vir negado.

Nova frota de ônibus elétrico

Vejo essa iniciativa de forma muito positiva. O BNDES já garantiu que temos condições de avançar na eletrificação da frota de ônibus. No entanto, é importante destacar que a responsabilidade não será apenas da prefeitura. As concessionárias também terão que investir com recursos próprios, cumprindo sua parte nessa transição.

Legado para o transporte público

Um sistema de transporte que permita às pessoas chegar em casa de forma mais rápida e confortável, sem pesar no orçamento familiar ao final do mês. Essa foi uma marca das prefeituras petistas que passaram por Porto Alegre, principalmente graças à Carris, e é algo que eu gostaria de replicar.



Sebastião Melo

Momento atual

O sistema está melhor do que quando assumimos. Implementamos ações, mudamos a legislação sobre isenções, a redução

gradual de cobradores e a privatização da Carris. Isso nos ajudou a manter a tarifa congelada por três anos. E, até o final do ano, vamos ter renovado a frota com 400 novos ônibus, incluindo os elétricos, que serão financiados pelos empresários.

Privatização da Carris

Era uma empresa com um quadro de funcionários excessivo, acumulando um déficit mensal de R\$ 5 milhões a R\$ 6 milhões. Com a privatização, conseguimos adquirir 80 novos ônibus. Além disso, problemas que a Carris não conseguiu resolver em dois anos, como o ar-condicionado dos veículos, foram solucionados pelo operador privado em dois meses.

Retirada dos cobradores

O cobrador, junto com o motorista e outros insumos, compõe o custo da passagem. E, para não deixá-los desamparados, estabelecemos um convênio que oferece cursos para que eles possam mudar de profissão. A partir de 2026, pretendo que não haja mais cobradores na cidade, o que vai permitir passagens mais baratas e beneficiará os usuários acima de tudo.

Fim da universalização do meio-passe estudantil

Justíssima. A isenção deve priorizar quem realmente precisa e, quando isso acontece, sou muito favorável. Nesse caso, fizemos um recorte de renda que abrange mais do que apenas a baixíssima renda. Seria romântico afirmar que vou oferecer milhares de novas passagens gratuitas, por exemplo. Não há como financiar isso com o orçamento que temos. Os estudantes que precisam estão sendo contemplados.

Nova frota de ônibus elétrico

Pretendo buscar financiamento para ampliar a frota. Os 12 ônibus elétricos que adquirimos foram comprados com recursos próprios da prefeitura, mas, se reeleito, vou investir em mais veículos, desta vez com financiamento do BNDES, com prazos de 20 a 30 anos. A prefeitura viabilizará isso, mas os empresários serão responsáveis pelo pagamento.

Legado para o transporte público

Meu grande objetivo para um segundo mandato é integrar o sistema metropolitano. Não faz sentido que um ônibus entre em áreas densamente povoadas sem poder pegar certos passageiros. Também quero ampliar a frota elétrica e garantir que o preço da passagem seja acessível para a população.

Estado lança plano de contingência para desastres socioambientais

/ CLIMA

Maria Amélia Vargas
mavargas@jcrs.com.br

Sob os preceitos da Organização das Nações Unidas (ONU), o primeiro dia da emergência é o início da preparação para a próxima. Diante disso, o governo do Estado lançou ontem o Planejamento de Contingência para Desastres Socioambientais do Rio Grande do Sul.

Elaborado em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (Acnur) e com o apoio do Ministério Público, o primeiro passo para a atualização do projeto de contingência estadual ocorreu no Hotel Deville Prime, em Porto Alegre. Ainda chocada pela gravidade do desastre climático que atingiu o Estado em maio, a coordenadora para emergências da Acnur, Ana Scattone, ressaltou a importância de se dar uma resposta rápida em situações como estas.

“Pelo fato de a água ter demorado tanto tempo para escoar, não houve, infelizmente, uma compreensão inicial do impacto desse desastre, que foi muito maior do que, por exemplo, o impacto do furacão Katrina (que atingiu os Estados Unidos em 2005) em termos de extensão territorial em termos de impacto direto e indireto.”

Na sua avaliação, é preciso aprender com os erros e os acertos em casos de calamidade públi-

ca. “É muito arriscado que a gente tenha uma resposta emergencial e não faça o esforço depois, uma análise crítica e documental do que a gente aprendeu com ela para ser melhor para melhor se preparar”, afirmou a coordenadora.

Nesse sentido, o vice-governador Gabriel Souza lembrou que, na última segunda-feira, o governador Eduardo Leite encaminhou à Assembleia Legislativa três novos projetos voltados à resiliência climática do Estado. O PL da Política Estadual de Proteção e Sistema Estadual de Defesa Civil visa institucionalizar as políticas de enfrentamento aos riscos de desastres. “Esse projeto de lei moderniza o sistema de proteção e Defesa Civil do Estado e vai se desdobrar, inclusive, em parcerias com os municípios gaúchos”, sublinhou Souza.

O termo de cooperação técnica com o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS), assinado no mesmo dia, tem como foco a construção dos planos e protocolos de contingência para comunicação, saúde, assistência social e logística.

Coube, então, à Acnur auxiliar o Estado na promoção de ações conjuntas de sensibilização para riscos de desastres e na definição de diretrizes estratégicas dos planos e protocolos. Após a cerimônia de lançamento, foi realizado um workshop com diversas áreas da administração estadual para identificação de riscos e elaboração de medidas antecipatórias.

Prefeitura de SP vai à Justiça para exigir que Enel restabeleça energia

/ ENERGIA

A prefeitura de São Paulo ingressou com uma ação civil pública no Tribunal de Justiça para que a concessionária Enel restabeleça imediatamente a energia elétrica nos pontos ainda afetados pelo apagão sob multa de R\$ 200 mil em caso de descumprimento da determinação. O pedido ainda será analisado pela Corte.

A companhia tem afirmado que reforçou as equipes próprias em campo, recebeu apoio de técnicos de outras distribuidoras e deslocou profissionais de outros Estados. A falta de energia elétrica ainda atinge 220 mil imóveis - entre casas e comércios - na capital paulista e na Grande São Paulo, segundo atualização feita ontem pela Enel Distribuição São Paulo.

Paralelamente à ação judi-

cial, o Ministério de Minas e Energia deu à Enel, na segunda-feira, prazo de três dias para resolver o apagão na cidade. Quatro dias após o temporal, 49 árvores ainda aguardam a atuação da empresa Enel para que as equipes municipais iniciem o trabalho de remoção e limpeza, de acordo com o poder municipal.

A prefeitura afirma que acionou a Agência Reguladora de Energia Elétrica (Aneel) e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as deficiências do serviço público prestado pela Enel. Esta não é a primeira ação da Prefeitura contra a Enel.

Desde o ano passado, a Prefeitura já enviou dois ofícios à Corte de Contas e outros dois à Aneel solicitando medidas efetivas contra a concessionária, maior fiscalização do contrato de concessão e aplicação de multa contra a Enel.